

-----ATA NÚMERO 3/2017-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DEZANOVE DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E
DEZASSETE.**-----

-----Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezassete, nesta Cidade do Funchal, Edifício Sede da Junta de Freguesia de São Pedro, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, João José Sales Fernandes Correia, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe da Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presente, ainda, a Senhora Carolina Isabel Ribeiro Silva, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira, do PSD.-----

---Além dos acima mencionados, estiveram também presentes o Chefe de Gabinete, Miguel Iglésias, os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e Paulo Pereira e os Adjuntos

do Gabinete de Apoio à Vereação, João Beja, Sandra Silva, Énio Câmara e Mabely Moreira.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

---Estiveram também presentes, no início desta reunião, e antecedendo o período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, António José Gouveia Gomes, a Secretária da mesma, Ana Maria da Silva, a 2ª Vogal, Maria José Calaça e o Vogal da Assembleia de Freguesia, Carlos Alejandro da Câmara Figueira.-----

---Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, agradecendo ao Executivo da Junta de Freguesia de São Pedro a oportunidade da realização da reunião camarária na suas instalações e no âmbito da iniciativa “Presidências Abertas”, com visitas planeadas a todas as juntas de freguesias do Concelho, com contactos quer com as populações quer com as entidades permitindo assim um melhor conhecimento das necessidades dos residentes, no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida e apreender também o trabalho realizado por esta Junta.-----

--- - Iniciando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, António José Gouveia Gomes, agradeceu a visita do Senhor Presidente e de todos os Vereadores àquela Junta, sobretudo pela contribuição que o Executivo camarário tem dado à mesma no desenvolvimento das atividades promovidas pela mesma. Referiu que “existem problemas que são comuns a todas

as outras, mas esta, trata-se de uma freguesia muito peculiar porque é citadina tendo igualmente escarpas e vales, características orográficas da Ilha e que esta freguesia também partilha, como a escarpa de São João, Achada, Moinhos que, entretanto, foi já consolidada graças à intervenção realizada pela Autarquia pós os incêndios de agosto que assolaram a zona. Realço que um dos problemas que afeta esta freguesia, sobretudo no centro histórico, é o número de casas devolutas que no início do mandato foram contabilizadas só na zona dos Moinhos, Frias e Arrifes em cerca de cento e sessenta, sendo necessário tomar medidas a este nível, tendo a Autarquia já tomado iniciativas no que concerne à redução de algumas taxas, permitindo o incentivo ao desenvolvimento desta zona. Compete também ao Governo Regional a sua participação, através por exemplo, da abertura da Fortaleza do Pico, monumento histórico de grande mais-valia, sugerindo que aquando da sua abertura fosse efetuada uma passagem pela zona norte permitindo mais um acesso à dita Fortaleza, replicando uma calçada portuguesa e uma estátua ao “senhor das cestas” que passava pela Calçada do Pico, não devendo a história de maneira alguma ser apagada sendo uma maneira de atrair mais turistas e desenvolver o comércio local, desde a Rua das Pretas à do Surdo, da Carreira, da Mouraria à Rua dos Ferreiros e que depende da colaboração de todas as entidades e instituições, pois a atuação da Junta, neste momento, não consegue suprir as necessidades dos comerciantes. Refiro, no entanto, algumas atividades que esta

Junta tem organizado na Rua da Carreira e que têm ajudado a dinamizar o comércio local bem como algumas ações exercidas pela mesma sobretudo para os mais idosos mas também com parcerias com escolas, infantários e creches já que só nesta freguesia, existem quinze estabelecimentos escolares, vincando também o papel das associações de solidariedade social sediadas em São Pedro e que estão a efetuar um trabalho notável. Acrescento ainda as atividades efetuadas na sala polivalente da Junta, como sejam as de cidadania, música, ginástica, informática, entre outras, aproveitando a ocasião para solicitar a construção de um mini pavilhão que albergasse estas e outras atividades uma vez que o espaço atual é insuficiente. Existe também a organização de passeios pelas ilhas, com visitas guiadas a diversos locais com história, procurando transmitir informação e cultura e que têm tido muito sucesso, estando planeado um passeio à zona norte do País. Enalteço, igualmente, o trabalho realizado com as crianças através das parcerias existentes, que têm sido desenvolvido atividades como “peddy papers” e que culminam com a entrega de medalhas que as deixam orgulhosas, mostrando um exemplo de dinamismo sem grandes custos associados. Em relação ao Centro de Atividades Ocupacionais, alerto para algumas carências com necessidade de mais apoio, nomeadamente ao nível de um espaço para atividades desportivas e de um transporte para fazer face às atividades exteriores que exercem, referindo a inexistência de um polidesportivo nesta zona que colmataria algumas carências,

cabendo também à Secretaria Regional de Educação uma maior intervenção”.-----

---Continuando o Senhor Presidente da Junta abordou ainda o problemas relacionado com alguns terrenos abandonados, mais concretamente na zona de São João, com existência de muito mato, sugerindo, a este propósito, a possibilidade de ser repensado outra utilidade para os mesmos, já que existe necessidade de habitações, jardins, bem como de um centro desportivo, referindo que ao nível do PDM, poderia ser esta questão equacionada.-----

---Prosseguindo, disse que seria vantajoso que na Rua de São João, junto aos poços, tivesse continuidade a estrada existente junto à ribeira, com uma ponte, resolvendo um problema que é o da retirada dos veículos que estão por baixo da escarpa.-----

---Referiu-se depois, ao Bairro do Hospital, que, embora não sendo da responsabilidade da Câmara, necessita urgentemente de uma intervenção, nomeadamente ao nível dos elevadores que não funcionam, existindo até um bloco que nem elevador possui, conferindo assim alguma dignidade e conforto a quem ali reside.---

---Por último, e sobre o Bairro dos Viveiros, mencionou a necessidade de uma intervenção no acesso aos jardins, e a existência de um problema que é o facto dos atuais proprietários solicitarem permanentemente a execução de arranjos nos apartamentos que já não são responsabilidade da Câmara.-----

--- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, cumprimentou os membros da Junta e agradeceu a receção.

Disse: “Efetivamente esta é uma freguesia muito peculiar e antiga e as obras não são de fácil execução. Além das necessidades de um polidesportivo, jardins, questões relacionadas com habitação, existe o caso das casas devolutas, assunto que tem sido debatido, inclusive há algum tempo foi falado da necessidade de analisar e criar medidas para se poder minorar os problemas que advêm das casas devolutas, no sentido de se resolverem as questões resultantes desta realidade que são de saúde pública, sociais e também do seu aspeto exterior. Quanto à Fortaleza do Pico, ouvi muito recentemente, que em princípio, a mesma iria abrir no Verão porque é necessário que se desenvolva como polo turístico muito importante para a freguesia e ter tido conhecimento que existe lá um projeto de concessão do espaço para a exploração turística com uma unidade hoteleira. Foi referido também a necessidade de medidas de incentivo e revitalização do comércio sobretudo na zona histórica, aproveito para relembrar a existência de apoios financeiros, através do programa operacional “Madeira 14/20”, existindo ainda o Gabinete de Apoio ao Investidor, pelo que é importante a sua divulgação junto dos comerciantes”.-----

--- - Intervindo, por sua vez, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, começou por agradecer e saudar os anfitriões, registando o trabalho quem têm vindo a realizar em prol da freguesia, referindo que são os autarcas mais próximos das populações, comungando de muitas das preocupações que foram enumeradas.-----

---Prosseguindo na sua intervenção, acrescentou: “É a freguesia com mais museus, monumentos históricos e com mais bairros antigos com problemas com bolsas de pobreza escondidas. Tem alguns problemas por resolver e pretensões passíveis de virem a ser concretizadas a curto prazo, designadamente pela reabilitação urbana e sobretudo incentivar quer os proprietários quer os investidores a apostarem nestas áreas e neste aspeto. São Pedro tem muito para reabilitar, como os Bairros dos Moinhos, Arrifes, São João, já referenciados anteriormente, e a zona histórica. Manifesto também uma preocupação especial pelo Bairro do Hospital, onde o Governo tem efetuado algumas intervenções pontuais e conjunturais mas o Bairro necessita de uma intervenção estrutural para evitar o acentuar dos problemas existentes e como já foi referido ao nível de acessibilidades existem prédios que não têm o mínimo de condições. Por último, dirijo uma palavra de incentivo à Junta e registo alguma dinâmica introduzida pelo Executivo local”.

--- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, saudou igualmente o Presidente da Junta e Executivo presente e, conhecendo bem o trabalho que tem sido realizado, nomeadamente algumas iniciativas públicas de apoio ao comércio e conhecendo as dificuldades da freguesia e dos problemas que comunga e já enunciados, nomeadamente a existência de bolsas de pobreza, relevando que “a Freguesia de São Pedro, do ponto de vista histórico é uma zona marcante da cidade do Funchal e por si

só tem que merecer uma atenção muito especial, não sendo admissível o estado de degradação da Capela de São Paulo, além de uma moradia ao lado, casa do escritor Herberto Helder, que deveria ser valorizada do ponto de vista histórico e cultural e numa relação direta com o turismo. Para além disto, existe um conjunto de questões e por se encontrar em revisão o PDM, questões que estão interligadas com a freguesia de São Pedro, nomeadamente com a área histórica, pois antigamente havia o projeto para um Plano de Urbanização de São João, e nesse plano existia a concretização de novas acessibilidades previstas, nomeadamente com uma ligação perto da “Renault” e que é imperativo que avance. Refiro ainda um conjunto de obras que estão a decorrer na ribeira de São João, da responsabilidade do Governo Regional, mas acreditando que a Junta deverá estar a acompanhá-las e, nesse sentido, deverá exercer pressão juntos dos órgãos competentes. Existe ainda a questão relacionada com a falta de transportes públicos na Ribeira de São João, devendo ser encontrada uma alternativa para este problema. Como já referido, existe as questões dos terrenos abandonados, com habitações em ruína e que necessitam de intervenção. Alerto também para a falta de sinalética da Fortaleza e manifesto ainda preocupação quanto à zona dos Arrifes, Moinhos e Frias, que constitui um barril de pólvora e, tendo em conta os acessos, não sei se existirão meios para intervir caso fosse necessário, refiro a este propósito, alguns problemas que surgiram nos incêndios de agosto como a falta de

pressão de água nas bocas-de-incêndio, situação esta que tem de ser revista e que necessita de uma prevenção especial, devido às dificuldades de acesso, casas e terrenos abandonados. No que se refere a esta última questão, nomeadamente das casas abandonadas, informo que será apresentada na próxima reunião uma proposta relacionado com “Programa Especial de Realojamento”, que foi aprovado a nível nacional e que permite uma série de candidaturas por parte das Câmaras Municipais, quer do ponto de vista da reabilitação urbana, reconstrução, aquisição de terrenos, infraestruturas, existindo um conjunto de componentes que poderão, se forem utilizados, resolver algumas das questões aqui enunciadas. Naturalmente, existem outras preocupações difíceis da Câmara resolver, mormente de natureza económica e que dependem dos investidores privados mas poderão ser tomadas iniciativas no sentido facilitador e de pressão para este tipo de questões”.

--- - De seguida, o Senhor Presidente agradeceu a articulação que tem havido entre a Junta de Freguesia e a Câmara, da qual resulta um melhor serviço público prestado aos munícipes, referindo que “esta Freguesia, além do que já foi dito, é uma freguesia histórica, com uma população envelhecida e muitas vezes isolada, com problemas sociais, com carências socioeconómicas e com degradação do património edificado é no entanto, uma freguesia com um potencial enorme. Realço o papel desta Junta, no apoio social aos residentes e à dinamização cultural que tem sido

proporcionada, valorizando o património e as tradições com a criação de novos eventos para atrair mais pessoas à freguesia e dinamizar o comércio local. Existem efetivamente alguns problemas, sendo um deles a questão do edificado e da reabilitação. Esta freguesia foi atingida, no seu coração, pelos incêndios de agosto passado, mas existe uma estratégia para recuperar e para a tornar mais atrativa, respeitando a sua história, através da ARU já delimitada, e que proporciona muitos benefícios fiscais aos proprietários que queiram proceder a obras de reabilitação, e da futura ORU que será realizada, sendo que o Gabinete da Cidade que foi criado com coordenação do Arquiteto Paulo David tem dado especial atenção ao centro histórico, mas também aos bairros tradicionais. Há um fator, muitas vezes menosprezado face às Zonas Altas, reconhecendo de facto que existem também bolsas de pobreza nas zonas mais baixas e é necessário olhar para este problema com determinação e vontade de alterar este estado, enaltecendo mais uma vez o trabalho que está a ser efetuado pelo Gabinete da Cidade que está a contribuir para a reabilitação que mais do que o edificado é também uma reabilitação social e económica que se pretende para esta freguesia. Já existem iniciativas que foram tomadas por este Executivo e, referindo a questão de segurança enunciada pelo Senhor Vereador Artur Andrade, informo que nesse sentido a Câmara já tomou algumas medidas, como o caso do alargamento e abertura de um novo arruamento no Paiol, foi não só uma questão

de melhor acessibilidades aos residentes potenciando um local de interesse turístico elevado, mas também por uma questão de segurança. Estas intervenções, ao nível do edificado, a criação de acessibilidades para o interior de zonas, com uma malha urbana muito densa e a criação de espaços públicos, como praças, jardins e miradouros, são uma estratégia para inverter um processo de degradação quer seja ela económica, social ou urbanística”.-----

--- - Intervindo novamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, António José Gouveia Gomes, agradeceu o facto dos Senhores Vereadores terem observado o trabalho efetuado pela Junta, nomeadamente no apoio social, não se remetendo apenas aos passeios efetuados, mas essencialmente ao nível do apoio com cabazes, que estão a beneficiar, no presente ano, cento e setenta e cinco famílias e que representam a pobreza escondida nos bairros. Referiu também o apoio a estudantes, com a atribuição de dezassete bolsas de estudo.-----

---Acrescentou ainda: “Quero salientar que no dia da freguesia, foi colocada uma placa em homenagem ao Escritor Herberto Helder e está a ser efetuado um trabalho de sensibilização das pessoas na área cultural, com conferências várias, sendo que numa delas o Professor Rui Carita apelou que na Carta Régia o dia da freguesia não seria o dia vinte mas o vinte e três de julho, pelo que foi alterado o referido dia. Relativamente à sinalética do Castelo, informo que a mesma só deverá ser colocada na altura em que este for reaberto. Quero ainda aqui salientar um problema que se

deparou no fim do ano, mormente com a colocação de dois postos de fogo, um na Fortaleza e outro junto ao Paiol, que veio trazer muita preocupação aos moradores que recorreram à Junta para que fosse garantida a sua segurança, tendo a mesma diligenciado junto da Secretaria Regional de Turismo e Cultura que informou não existir problemas e que os locais de lançamento foram avaliados por peritos. Na verdade não aconteceu nada de grave, no entanto algumas telhas de várias casas foram danificadas pelas cápsulas emanadas pelo fogo e há que ter em consideração esta situação em situações futuras, pois em primeiro lugar está a segurança das populações. Outro assunto que quero frisar prende-se com a diminuição do número de eleitores nesta freguesia, cuja situação espelha o número de casas devolutas que também tem vindo a aumentar, realçando igualmente o facto de existirem muitas casas arrendadas há muitos anos, com os mesmos inquilinos, também já idosos, cujos proprietários ou já faleceram ou têm uma idade muito avançada, sem condições financeiras para procederem a obras de reabilitação das moradias, estando a Junta a acompanhar os casos assinalados em colaboração com o Instituto de Habitação”.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando este período, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu e sobre algumas informações que têm surgido publicamente, nomeadamente pelo deputado Gil Canha e secundadas pelo Secretário-Geral do PSD-Madeira, insinuando uma má gestão dos dinheiros públicos referentes aos donativos para a Conta Solidária, clarificou a situação, referindo: “Estão a pôr em causa a idoneidade de duas instituições, uma é a Câmara e outra o Banco Santander Totta. Em Reunião de Câmara, foi deliberado a abertura de uma conta nesta instituição, com regras muito explícitas. Estão a colocar também em causa todas as pessoas que fizeram donativos, quer seja a nível regional, nacional e até do estrangeiro, no sentido de que lhes seja esclarecido de que nada tem vindo a ser ou foi utilizado, para outros fins que não os da Conta Solidária, pelo que será publicado no “site” da Autarquia um extrato, à data de ontem, de todos os donativos da mesma e onde está comprovado que não existe qualquer movimentação dessa conta, exceção feita a algumas comissões bancárias que foram retiradas de transferências internacionais e que o Banco prontamente se propôs a estornar os valores uma vez que se trata de uma conta com fins solidários, cujo valor é de cento e setenta e sete mil setecentos e sessenta sete euros e vinte e três cêntimos não havendo nenhum movimento, comprovando que o que tem vindo a público não passa de uma replicação de mentiras e que o bom nome das instituições e de todos os profissionais envolvidos não podem ser, desta forma

caluniados”.-----

----- - Intervindo e sobre esta questão, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse ser preocupante que a referida conta ainda não tenha sido movimentada o que significa que os munícipes afetados ainda não receberam o apoio, referindo, no entanto, que algumas pessoas deveriam ter algum decoro quando falam das instituições e que o calor político por si só não se justifica. Acrescentou que: “O importante é que há um conjunto de respostas e necessidades, resultantes dos incêndios, que já deveriam ter permitido que as verbas já tivessem sido gastas e aplicadas, porque assim não daria razão a quem levantou as calúnias. Significaria que teria sido utilizado e gasto de acordo com as regras aprovadas previamente por toda a vereação”.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu que nesse documento está bem explícito que não fora utilizada qualquer verba dessa conta em campanhas ou em publicidade e o que fora aprovado foi um regulamento em que as pessoas faziam prova da sua situação, existindo, de momento, duas “tranches” prontas a serem pagas e cujo pagamento depende da forma e do tempo que as famílias demoram a entregar toda documentação necessária, referindo ainda que todas as pessoas, constantes no inventário realizado foram contactadas e convidadas a se dirigirem à Autarquia de forma a formalizarem o pedido, estando o processo a ser conduzido de forma clara e transparente e dentro do que fora aprovado.-----

-----Continuando, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, ainda sobre outra questão que surgiu publicamente, informou que a Câmara não encomendou, não pagou e não irá pagar nenhuma sondagem esclarecendo, quem, a coberto de algumas notícias, afirmou que a mesma estaria a gastar verbas públicas para realização de sondagens ou de estudos de opinião que estão no âmbito da esfera partidária e não da Autarquia.-----

----- - A este propósito, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, informou que iriam apresentar um requerimento sobre a questão, mas tendo em conta as afirmações proferidas pelo Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, de que não houvera qualquer contrato com qualquer entidade para efetuar a sondagem, disse que já não o fariam.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, e relativamente a uma questão levantada anteriormente, pelo Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, relacionada com os muros sobranceiros à Marina do Funchal, informou que a APRAM irá intervir brevemente, estando prevista uma empreitada para reabilitação dos mesmos.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Carolina Silva, do PSD, referiu que por esta ser a primeira reunião que está presente após um comunicado do PSD, relacionado com a solicitação dos requerimentos apresentados e que até à data ainda não obtiveram qualquer resposta, questionou o ponto de situação, ao que o Senhor Presidente informou que já fora entregue alguma

documentação e outras foram matéria de deliberação e alvo de análise, dando o exemplo dos apoios financeiros concedidos, pelo que os dados que não foram fornecidos em Reunião de Câmara serão facultados quanto possível.-----

-----Refutando, a Senhora Vereadora Carolina Silva, do PSD, disse que se esta é a resposta do Executivo a mesma deveria ser feita de forma escrita para que pudessem agir em conformidade.-----

----- - Ainda sobre esta questão, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, referiu que “efetivamente alguns dos assuntos questionados foram alvo de deliberação em Reunião de Câmara mas nada implica que a todas as questões colocadas nos requerimentos seja dada informação, por escrito, apenas às questões colocadas, pois por vezes os relatórios que são submetidos à Assembleia Municipal suscitam dúvidas pelo que necessitamos de um balanço até à data do solicitado nos requerimentos apresentados”. Acrescentou ainda o facto de ter considerado estranho o Senhor Presidente se ter recusado em disponibilizar a informação conforme o solicitado, posição contrária aquela manifestada em relação à última reunião”.-----

----- - O Senhor Presidente refutou dizendo que são realizados relatórios, feitas deliberações e a informação está disponibilizada e não será replicada quando já foi facultada e analisada de forma clara e transparente, tendo por sua vez, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, informado que todos os protocolos são previamente analisados em reunião camarária.-----

-----O Senhor Presidente a finalizar, informou que será dada resposta a toda a informação que não foi disponibilizada ou nunca foi alvo de deliberação ou comunicação.-----

----- - Iniciando a sua intervenção, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, e relativamente a um assunto abordado na última reunião referente à conclusão dos planos veiculados no estudo das alterações climáticas, relacionado com o plano de gestão florestal e outro com o plano de contingência para doenças transmissíveis por vetores, questionou o ponto de situação dos mesmos, ao que a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, referiu que à semelhança do que fora referido na reunião passada, o plano de gestão florestal estava em elaboração e o outro enunciado, concluído.-----

-----Continuando na sua intervenção, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, alertou para o desrespeito no cumprimento dos alinhamentos previstos, resultante das obras efetuadas na moradia situado no Caminho do Pico, número quarenta e sete, freguesia do Monte, situação esta que, aquando dos incêndios, complicou a circulação das viaturas de bombeiros e de emergência pelo que solicitava que fossem tomadas as devidas providências.-----

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, lembrou a questão da Revisão do Regulamento de Utilização do Teatro Municipal Baltazar Dias bem como do protocolo a celebrar com a AITRAM.-----

----- - Respondendo, o Senhor Presidente informou que mandaria

averiguar estas duas situações.-----

----- - Iniciando a sua intervenção, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, começou por congratular o facto do Município do Funchal ter ganho alguns galardões como Cidade Inclusiva, alertando contudo para o facto de ser o mesmo um trabalho contínuo e que cada vez será mais necessário adequar a tempo e horas as condições de mobilidade. A este propósito, chamou a atenção para a degradação do piso, no passeio do lado esquerdo, no Largo da Paz, com um abatimento do mesmo, que poderá provocar quedas numa zona de grande circulação de peões.-----

----- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, sobre esta questão, esclareceu que o problema não era do passeio mas sim do muro, propriedade do “Reid´s Gardens”, que se encontra em estado de ruína eminente. “Poderá ser efetuada a regularização do referido passeio com a devida monitorização e caso se verifique novo abatimento o proprietário terá que intervir na reparação do muro”, acrescentou.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, alertou também para a existência de vários buracos no passeio, em frente à “Casa Madeirense”, junto aos táxis, que dificultam a circulação normal dos peões.-----

-----De seguida, fez um alerta para o aviso de obras colocado há algum tempo numa moradia junto ao Hotel Girassol, as quais demoram em ter início, ao que o Senhor Vereador Domingos

Rodrigues, da Mudança, informou que, as mesmas já deveriam ter começado, atendendo a que o projeto já fora aprovado e os alinhamentos decididos. Acrescentou que, o referido prédio será demolido, existindo uma questão de carácter empresarial, e que se prevê o início das obras brevemente. -----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, alertou também, para a existência de lixo e matagal numa propriedade abandonada, de dimensão considerável, (Vila Mar) situada à Estrada Monumental, no lado oposto à casa referenciada anteriormente, opinando que o proprietário deveria ser notificando para proceder à sua limpeza.---

-----De seguida, e a propósito da circulação e mobilidade na cidade, alertou para a necessidade da manutenção de alguns bancos, nomeadamente na Avenida do Infante, bem como a colocação de outros em vários espaços, nomeadamente em zonas de miradouros e outras com maior circulação, como o caso da Avenida do Mar.-----

-----Continuando, lembrou o mau estado do Monumento ao Infante D. Henrique, que julga ser propriedade da Autarquia, nomeadamente a pintura dos números e a degradação da pedra, na sequência das obras na ribeira de São João, tendo o Senhor Presidente referido que após algumas notificações ficara o compromisso, por parte do Governo Regional, em reparar e limpar o referido monumento.-----

-----Seguidamente, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do

CDS/PP, e ainda na sequência das obras efetuadas na ribeira de São João, alertou para os restos provenientes da execução das obras de correção da mesma, que embora não sendo da responsabilidade da Autarquia, apresenta mau aspeto, encontrando-se na parte inferior do largo existente junto ao Marina Fórum.-----

-----Continuando no uso da palavra, este mesmo Vereador, fez um alerta para o facto de uma porta norte do Parque de Santa Catarina, no lado da Avenida do Infante, permanecer aberta durante o dia e a noite, segundo consta devido à vandalização das fechaduras.-----

-----Referiu ainda, e ao nível do património histórico, o abandono do mesmo, dando como exemplo os fontanários, tendo já anteriormente referido o existente no Largo António Nobre, bem como a necessidade de recuperação de outros pela cidade, nomeadamente na Rua Imperatriz D. Amélia, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, aproveitou para comunicar que a fonte existente na Rampa do Cidrão está já a ser alvo de intervenção.-----

-----Por último, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu a existência de um taipal danificado, num terreno abandonado na Rua das Virtudes, provocando insegurança aos moradores naquela zona.-----

----- - Iniciando a sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu algumas preocupações, nomeadamente

as obras que decorrem no quartel dos Bombeiros Municipais do Funchal, dizendo que alguns bombeiros colocaram preocupações relacionadas com as camas, colchões, número insuficiente de duchas assim como a qualidade e quantidade dos cacifos. Segundo consta, há já alguns anos que não acontece renovação destes materiais, diretamente relacionados com as condições de trabalho, pelo que questionava se estas questões estariam a ser ponderadas na intervenção que está a ser realizada.-----

----- - O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, respondeu afirmativamente, informando que uma das camaratas já fora renovada com mobiliário novo que é a mais utilizada, estando outra a ser remodelada nesta altura. Este Executivo está a realizar investimento no quartel que nunca foi feito anteriormente, e que levou a uma situação de degradação da infraestrutura.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, e relativamente aos funcionários adstritos aos Cemitérios, disse ter conhecimento de problemas ao nível de equipamentos, vestuário e botas, questionando quando foi a última aquisição desse material, sugerindo a possibilidade de ser avaliada a compra novo, ao que a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, esclareceu que, nesta altura, estaria a ser efetuado levantamento das necessidades para aquisição de novo vestuário e outros equipamentos que se revelem necessários.-----

-----De seguida, este mesmo Vereador, questionou o ponto de situação das obras na escarpa do Caminho dos Tornos, ao que o

Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que a mesma será alvo de intervenção, estando a ser efetuado o projeto de execução para ser candidatado à linha de financiamento do POSEUR.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, questionou o ponto de situação dos projetos de arquitetura solicitados pelo Instituto de Habitação à Câmara, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse que a Câmara estava a trabalhar em dezoito projetos de arquitetura.-----

-----Finalizando a sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, e como já referido, informou sobre a apresentação de uma Proposta de Resolução, relacionada com o Programa Especial de Realojamento, com financiamento do Orçamento de Estado, e que permite um conjunto de intervenções, entre as quais a aquisição de habitações a custos controlados, infraestruturização de terrenos, recuperação de casas degradadas e devolutas e a um conjunto de itens, inclusive a possibilidade do arrendamento que o programa contempla e que seria útil que a Autarquia tivesse acesso, atendendo ao levantamento que existe de cerca de três mil e trezentas famílias na cidade do Funchal com necessidades de habitação. “Este programa poderá ser interessante no sentido de dar resposta a esta questão”, sublinhou.-----

----- - Por último, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, informou acerca do Prémio “Maria Aurora”, referindo que as candidaturas estarão abertas até dezassete de março p.f. e

cuja informação e regulamento já estão disponíveis no site da Autarquia.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS PARA O ANO DE

2017: - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de apoios financeiros de acordo com a proposta de deliberação submetida pela Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, que abaixo se transcreve:-----

---“Considerando que: 1. Conforme o estatuído na alínea u) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constituem incumbências das câmaras municipais apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças; 2. Nos termos da alínea o) da mesma Lei, compete igualmente à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; 3. As pessoas coletivas e individuais que constam no documento que constitui o Anexo I à presente deliberação, prosseguem escopos e atividade de reconhecido e relevante interesse municipal nos domínios supra referenciados e cumprem

as premissas previstas no Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividade de Interesse Municipal;

4. A atribuição dos apoios financeiros tem em consideração o plano de atividades apresentado por cada uma das entidades, bem como o serviço público prestado ao Concelho do Funchal, em cada uma das áreas em que as referidas entidades se inserem; 5. As verbas atribuídas pela presente deliberação tem cabimento 141/2017. Face aos considerandos acima mencionados, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividade de Interesse Municipal, delibere a atribuição, para o ano de 2017, dos apoios financeiros, constantes no Anexo I”.

---O referido documento, ficará, por fotocópia, como Anexo (A) à presente ata.

---Intervindo sobre esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, aproveitou a oportunidade para realçar o projeto desenvolvido pela Câmara Municipal do Funchal, dizendo que “tem sido construído um projeto consistente e muito coerente e isso é visível a olho nu, consoante o trabalho executado que vem sendo reconhecido fora da RAM, sob a forma de prémios em diferentes áreas como o ambiente, desporto, acessibilidade, democracia e participação, entre outros. O compromisso deste Executivo com a Cidade tem-se revelado na aposta em construir

um território onde as pessoas tenham direito à igualdade, à cultura, em que a qualidade de vida das populações e das pessoas que todos os dias cruzam esta cidade melhore, promovendo-se um desenvolvimento sustentável. Tem sido feita uma aposta e investimento num território que para este Executivo é encarado como “um agente educativo permanente, plural e poliédrico”, referindo a Carta das Cidades Educadoras que se revela em diferentes esferas e adequa-se a diferentes públicos. As cidades são pertença de todas as pessoas, por isso, a aposta em envolver outras entidades num trabalho que se coadune com o projeto estabelecido para a Cidade, onde se enquadram estes apoios que serão hoje votados. Esta Autarquia promove o associativismo, enquanto modo de participação e de corresponsabilidade cívica, reforçando que estes apoios são uma faceta da maneira como o Executivo entende e pratica a política no governo da Cidade, envolvendo quem se quiser juntar ao projeto. Relativamente à proposta hoje apresentada, existe um apoio com quase igual impulso nas áreas cultural, social e desportiva, mantendo um apoio muito substancial na área da Proteção Civil, mais concretamente nos Bombeiros Voluntários Madeirenses como nossos parceiros na defesa da cidade. No geral existe um aumento substancial dos apoios ao associativismo em relação ao ano passado, sendo que comparando com 2014 o valor atribuído tem vindo a aumentar gradualmente, tanto em termos financeiros, como de entidades que se têm candidatado a estes apoios. É uma

aposta na sociedade civil e no trabalho que as organizações desenvolvem”.-----

---Tomando a palavra a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, referiu, com agrado, o facto da área social ter adotado um mapa semelhante ao utilizado pelo Desporto, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, esclareceu que o mapa sempre fora realizado só que não era tornado público.-----

---Ainda sobre este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, disse ser muito estranho o que a Senhora Vereadora Madalena Nunes acabou de afirmar, já que sempre foi dito que era muito difícil elaborar um mapa resumo, de acordo com os critérios definidos no regulamento.-----

---Continuando, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, disse ter constatado um aumento do apoio, referindo, contudo, ser importante a anexação do mapa com as associações que não vão receber apoio e qual a razão, tendo salientado o caso da ACIF, Associação de Dança e Artes da Madeira, Clube de Tiro, Caça e Pesca da Madeira, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, retorquiou dizendo: “No caso da ACIF não foi alvo de apoio porque já recebem outros através de vários protocolos existentes e a Associação de Dança e Artes da Madeira não receberá porque as atividades propostas não se enquadram nos critérios deste regulamento, sendo que algumas das atividades seriam desenvolvidas no Teatro Municipal Baltazar Dias e não existia disponibilidade de agenda para as realizar. O Clube de Tiro,

Caça e Pesca da Madeira não foi considerado porque as atividades para as quais solicitaram apoio não são consideradas de interesse municipal, nomeadamente apoio para almoços. A ADECOM, não será apoiada à semelhança do ano passado, porque o espaço da sede é cedido pela Câmara, assim como as despesas de água, luz, viatura e a funcionária adstrita são suportadas pela Autarquia e por último ao nível da Proteção Civil não foi concedido apoio a uma Sociedade Anónima por não se enquadrar nos critérios do regulamento”.

---Intervindo o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu: “De facto em valor absoluto verifica-se um aumento este ano, refiro no entanto algumas dúvidas num conjunto de apoios e no volume dos mesmos, ainda que no geral nada exista contra o apoio às associações, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, esclareceu que foi aumentado o valor mas também aumentou o número de instituições a solicitar apoio. “No ano passado foram apoiadas noventa e uma entidades e este ano irão ser apoiadas cento e onze, que procuram a Autarquia para poderem realizar as suas atividades e existem casos de associações, como por exemplo a “Olho-te” que continua com o projeto da Gulbenkian, e que são projetos que merecem todo o nosso apoio”, frisou.

-----Relativamente aos documentos integrantes no ponto dois, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que no ano passado e decorrente do Orçamento de Estado, os pareceres

prévios eram da responsabilidade do Presidente da Câmara, mas com as alterações introduzidas neste ano pelo referido Orçamento os pareceres prévios relativos à prestação de serviços têm que ser alvo de deliberação, qualquer que seja o valor.-----

2 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:-----

----- - **Prestação de Serviços para a “Contratação de um técnico para aulas de patinagem no 1º ciclo escolar – Projeto Madeira em Patins” – parecer prévio:** - A Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD, perante o respetivo processo, dar parecer prévio favorável ao procedimento acima referenciado, a celebrar com Filipe Miguel Batista Santos Alves, no valor de € 5.922,13 (cinco mil novecentos e vinte e dois euros e treze cêntimos).-----

---Sobre esta questão, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança acrescentou que “o Executivo considera vital a área da Educação, permitindo a possibilidade de proporcionar às crianças e jovens do Funchal experiências diversas das que estão previstas no currículo do Ensino Obrigatório e, neste aspeto, pretende-se começar a proporcionar-lhes acesso a um desporto que potencia e estimula a atividade física, a coordenação motora. Refiro-me ao projeto da patinagem para crianças do 1º ciclo. O projeto abrangerá inicialmente três escolas. Numa primeira fase será aplicado nas Escolas da Ajuda, São Martinho e Boliqueime e numa segunda fase na do Galeão. Quanto mais experiências diferentes tiverem, melhor poderão optar quando forem mais velhos. A

Autarquia irá adquirir os patins e assumirá o pagamento de um professor para as aulas, tendo as escolas alvo deste projeto sido envolvidas e demonstrado grande interesse neste projeto piloto”.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, e não pondo em causa a validade, a legalidade e o valor do projeto, questionou se o mesmo não poderia ter sido enquadrado nos projetos de apoio a associações ou clubes que pudessem suportar esta prestação de serviço, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, referiu que “a Autarquia prefere trabalhar diretamente com as escolas do primeiro ciclo, com um projeto seu, não o delegando em entidades terceiras.”-----

----- - **Prestação de Serviços de “Consultadoria para Elaboração de Estudo para a Avaliação da Constituição de Polícia Municipal” – parecer prévio:** - Presente o parecer prévio

para a celebração do contrato de prestação de serviços de “Consultadoria para Elaboração de Estudo para a Avaliação da Constituição de Polícia Municipal”, com KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A, no valor de € 47.000,00 (quarenta e sete mil euros).-----

---Sobre este documento, o Senhor Presidente realçou que se trata de um estudo prévio para estudar as condições da constituição de uma polícia municipal, de modo a que seja analisado com rigor a metodologia, a orgânica, a tipologia e a sua coordenação, bem como os meios necessários, que são fatores essenciais para a tomada de decisão.-----

---Intervindo a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, referiu: “É importante avaliar as reais necessidades da cidade e a viabilidade da criação de uma polícia municipal, mas parece um pouco prematuro já ter sido anunciado que esta seria criada sem ter efetuado antes este estudo sobre a adequação às necessidades do nosso concelho e sobre a questão da viabilidade financeira para a implementação de um projeto desta natureza. Refiro ainda uma notícia publicada ontem, de que haverá um contrato-programa com o Ministério da Administração Interna, pelo que se supõe que esse contrato já deve estar garantido. Questiono até que ponto se justifica gastar esta quantia para efetuar este estudo”.-----

---O Senhor Presidente refutou, referindo que existem trinta e quatro municípios no País que possuem polícia municipal e para qualquer um destes existe a obrigação legal da existência de um contrato-programa com o Ministério da Administração Interna, reforçando não existir ainda qualquer contrato-programa com o Ministério referido porque tal só pode acontecer após a decisão de criação da polícia municipal. “O contrato-programa é um processo obrigatório para a formalização e da constituição deste corpo da polícia municipal e este é o primeiro passo na intenção de constituição de uma polícia municipal”, acrescentou.-----

---Tomando a palavra, a Senhora Vereadora Carolina Silva, do PSD, questionou o valor e a empresa que irá realizar este estudo e se a Câmara não poderia ter consultado outras empresas. Perguntou também se é o valor médio apresentado para uma

prestação de serviço semelhante.-----

---Respondendo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, prestou a seguinte informação: “Foi a proposta apresentada pela KPMG e esta empresa tem prestado contributos relevantes para a Autarquia e tem experiência nesta matéria. Já com o Executivo anterior, foi escolhida várias vezes para prestações de serviço pelo que a sua idoneidade não deverá ser questionada. Efetivamente, quando se tratam de recursos a fundos comunitários, teriam que ser consultados no mínimo três entidades, o que não é o caso.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu que: “A criação de polícias municipais está regulada pela Lei número 19/2004, de 20 de maio, e prevê designadamente no seu artigo número onze que “A criação das polícias municipais compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal e que a deliberação a que se refere o número anterior formaliza-se pela aprovação do regulamento da polícia municipal e do respetivo quadro de pessoal e a eficácia da deliberação a que se referem os números anteriores depende de ratificação por resolução do Conselho de Ministros.” No artigo número treze que “O Governo adotará as medidas legislativas necessárias à dotação dos municípios que possuam ou venham a possuir polícia municipal com os meios financeiros correspondentes às competências efetivamente exercidas.” A Vereação Executiva da Câmara lançou a ideia pública de querer criar uma polícia municipal ainda antes de saber se é necessária e

pessoalmente tenho reservas quanto à necessidade da criação desta polícia tendo em consideração a criminalidade na cidade do Funchal, tendo em consideração os custos desta polícia, agravado ao facto que isto poderá ser um sinal que passará, contrariando a realidade de que o Funchal é uma cidade insegura. Não percebo o motivo principal pelo qual foi anunciado publicamente a criação desta polícia municipal, para suprir carências na área da fiscalização municipal porque se assim é, deveria ser aberto concurso para suprir a falta de recursos humanos nesta área. Atendendo a todas estas circunstâncias, que já tinham sido enunciadas na Reunião de Câmara de quinze de dezembro passado e atendendo que esta é uma matéria polémica que não constava em nenhum dos programas eleitorais dos partidos representados na vereação, sugiro que este assunto, fosse adiado para decisão para o Executivo que resultar das próximas eleições autárquicas”.-
 ---O Senhor Presidente interveio, e sobre a intervenção e avaliação do Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referente à polícia municipal, aludiu que as competências e funções da polícia municipal vão muito mais além que a fiscalização municipal. Disse que “existem questões de urbanismo, ambiente, trânsito e vigilância, que são úteis para a cidade do Funchal. É fundamental este estudo, numa intenção do Executivo e de uma avaliação dos serviços, mas também, das necessidades da cidade e de um serviço que possa ser prestado por uma polícia municipal, com exemplos pelo país, nos municípios onde existe esta polícia e

que permite ter confiança que será uma mais-valia para a cidade e por isso não é o facto de não constar do programa eleitoral que irá inviabilizar qualquer tomada de iniciativa, quer seja tomada pelo Executivo quer seja por outra força política ou sobre outra matéria, não permitindo a limitação para agir quando se constata esta necessidade e a vontade de a fazer, estando a ser efetuada de uma forma responsável, estudando a melhor forma e a viabilidade de ser criada uma polícia municipal para que a decisão política possa ser implementada”.-----

---Retomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse respeitar a decisão do Executivo, contudo afirmou ser esta uma matéria de grande importância, pois a ser criada a polícia municipal terá quase um carácter irreversível e há que ponderar muito bem essa decisão. “Não é por acaso que apenas dez por cento dos municípios do País têm polícia municipal. Sou de opinião, que esta decisão necessita de legitimidade política e essa só as próximas eleições autárquicas poderão conferir”, acrescentou.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, referiu que o presente estudo poderá servir às forças políticas que se irão candidatar às próximas eleições autárquicas, na medida em que o poderão analisar e tomar uma decisão política fundamentada.-----

---Usando agora da palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, considerou algumas questões, nomeadamente que este se

trata de um estudo de ordem financeira e jurídica e uma decisão nesta matéria tem que envolver obrigatoriamente um outro estudo com as necessidades objetivas que se colocam à Câmara relativamente ao conjunto de serviços, das suas áreas de intervenção e também das necessidades que se colocam à criação da polícia municipal, ou seja, do ponto de vista da atividade da Autarquia, nas diferentes áreas onde poderão intervir a polícia municipal e deverá ser realizado outro estudo que deverá ser realizado pelos serviços camarários se não for realizado pela KPMG, onde constem estas necessidades e do ponto de vista social que impacto positivo pode ter essa criação. Outro aspeto disse, tem a ver com, na resposta a esse tipo de problemas, poderão existir opções diferentes e a criação de uma polícia municipal pode ser uma das questões, como outra, poderá ser o reforço dos serviços tradicionais das câmaras, como a fiscalização ambiental, municipal, de urbanismo entre outras. Referiu ainda, que “hoje não estamos perante uma tomada de decisão, mas sim de aprovação de um estudo cujas necessidades objetivas da Câmara já deveriam estar plasmadas e não estão”.-----

---O Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, interveio, referindo: “Não poderia estar menos de acordo com a posição recorrente, defendida pelo Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, de não falar de questões que possam assustar os “mercados”. Foi no caso do dengue e agora no caso da polícia, compreendendo que são muitos anos desta perspetiva, mas não é

aceitável dizer que uma polícia municipal tem a ver com a criminalidade, demonstrando não ter a mínima noção do que são ou que poderão ser as competências de uma polícia municipal onde se podem englobar atuações de suporte à ação social, diligências processuais, fiscalização do espaço público, fiscalização do comércio, urbanismo, património municipal, defesa e proteção da natureza e ambiente, saúde pública, trânsito, policiamento e segurança, entre outras. O conceito de polícia municipal não pode ser reduzido apenas à segurança. No caso de catástrofe a polícia municipal integra o serviço municipal de proteção civil e tem um papel absolutamente fundamental no âmbito dessas competências, dando o exemplo que se hoje fosse necessário proceder a uma evacuação a comissão municipal de proteção civil estaria dependente da disponibilidade de outras instituições, nomeadamente da PSP que tem as suas limitações e tem muitas funções a desempenhar e nem sempre consegue responder às solicitações da Autarquia e outra coisa é a existência de uma polícia municipal que está disponível e que fará parte integrante da comissão municipal de proteção civil e é a este nível que a Autarquia sente necessidades. Existe uma série de competências e de papéis que a polícia municipal desempenha e pode desempenhar e fá-lo na maioria das cidades e a sua criação poderá melhorar e muito o serviço prestado pela Câmara, sendo que esta proposta constitui uma mais-valia”.

---Por fim, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP,

fez a seguinte explanação: “Se houve entidade que esteve na primeira linha no socorro às populações afetadas pelos incêndios de agosto foi a PSP, e, deste ponto de vista, o argumento utilizado pelo Senhor Vereador Domingos Rodrigues é inválido, acabando por confirmar que afinal a criação da polícia é devido a questões de segurança e da redução da criminalidade. A Lei n.º 19/2004 de 20 de maio, no seu artigo 3º “Funções de polícia: 1 - As polícias municipais exercem funções de polícia administrativa dos respetivos municípios, prioritariamente nos seguintes domínios: a) Fiscalização do cumprimento das normas regulamentares municipais; b) Fiscalização do cumprimento das normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou de fiscalização caiba ao município; c) Aplicação efetiva das decisões das autoridades municipais. 2 - As polícias municipais exercem, ainda, funções nos seguintes domínios: a) Vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente de áreas circundantes de escolas, em coordenação com as forças de segurança; b) Vigilância nos transportes urbanos locais, em coordenação com as forças de segurança; c) Intervenção em programas destinados à ação das polícias junto das escolas ou de grupos específicos de cidadãos; d) Guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais, ou outros temporariamente à sua responsabilidade; e) Regulação e fiscalização do trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal. 3 - Para os efeitos referidos no n.º 1, os órgãos de polícia municipal têm

competência para o levantamento de auto ou o desenvolvimento de inquérito por ilícito de mera ordenação social, de transgressão ou criminal por factos estritamente conexos com violação de lei ou recusa da prática de ato legalmente devido no âmbito das relações administrativas. 4 - Quando, por efeito do exercício dos poderes de autoridade previstos nos n.ºs 1 e 2, os órgãos de polícia municipal diretamente verificarem o cometimento de qualquer crime podem proceder à identificação e revista dos suspeitos no local do cometimento do ilícito, bem como à sua imediata condução à autoridade judiciária ou ao órgão de polícia criminal competente. 5 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é vedado às polícias municipais o exercício de competências próprias dos órgãos de polícia criminal.” Artigo 4º “Competências: 1 - As polícias municipais, na prossecução das suas atribuições próprias, são competentes em matéria de: a) Fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais e da aplicação das normas legais, designadamente nos domínios do urbanismo, da construção, da defesa e proteção da natureza e do ambiente, do património cultural e dos recursos cinegéticos; b) Fiscalização do cumprimento das normas de estacionamento de veículos e de circulação rodoviária, incluindo a participação de acidentes de viação que não envolvam procedimento criminal; c) Execução coerciva, nos termos da lei, dos atos administrativos das autoridades municipais; d) Adoção das providências organizativas apropriadas aquando da realização de eventos na via pública que impliquem restrições à

circulação, em coordenação com as forças de segurança competentes, quando necessário; e) Detenção e entrega imediata, a autoridade judiciária ou a entidade policial, de suspeitos de crime punível com pena de prisão, em caso de flagrante delito, nos termos da lei processual penal; f) Denúncia dos crimes de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções, e por causa delas, e competente levantamento de auto, bem como a prática dos atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, nos termos da lei processual penal, até à chegada do órgão de polícia criminal competente; g) Elaboração dos autos de notícia, autos de contraordenação ou transgressão por infrações às normas referidas no artigo 3.º; h) Elaboração dos autos de notícia, com remessa à autoridade competente, por infrações cuja fiscalização não seja da competência do município, nos casos em que a lei o imponha ou permita; i) Instrução dos processos de contraordenação e de transgressão da respetiva competência; j) Ações de polícia ambiental; l) Ações de polícia mortuária; m) Garantia do cumprimento das leis e regulamentos que envolvam competências municipais de fiscalização. 2 - As polícias municipais, por determinação da câmara municipal, promovem, por si ou em colaboração com outras entidades, ações de sensibilização e divulgação de matérias de relevante interesse social no concelho, em especial nos domínios da proteção do ambiente e da utilização dos espaços públicos, e cooperam com outras entidades, nomeadamente as forças de segurança, na

prevenção e segurança rodoviária. 3 - As polícias municipais procedem ainda à execução de comunicações, notificações e pedidos de averiguações por ordem das autoridades judiciais e de outras tarefas locais de natureza administrativa, mediante protocolo do Governo com o município. 4 - As polícias municipais integram, em situação de crise ou de calamidade pública, os serviços municipais de proteção civil,” e artigo 5º “Competência territorial:1 - A competência territorial das polícias municipais coincide com a área do município. 2 - Os agentes de polícia municipal não podem atuar fora do território do respetivo município, exceto em situações de flagrante delito ou em emergência de socorro, mediante solicitação da autoridade municipal competente.”-----

--- - Colocada à votação, foi aprovado, por maioria, com os votos contra do PSD e CDS/PP e abstenção da CDU.-----

----- - **Prestação de Serviços de “Técnico especializado em arquitetura para realização de trabalhos relacionados com a revisão do Plano Diretor Municipal”**: - Em face do respetivo

processo, a Câmara deliberou, por maioria, com votos contra do PSD, dar parecer prévio favorável ao procedimento referido em epígrafe, a celebrar com Rui Fernando Nepomuceno, no valor de € 14.417,76 (catorze mil quatrocentos e dezassete euros e setenta e seis euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

---O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, não participou na discussão e votação do processo que se segue.-----

----- - **Prestação de Serviços de “Mandato e Representação Jurídica do Município do Funchal no âmbito dos processos de execução sumária nº 3191/16.8T8FNC, de intimação para prestação de informações e passagem de certidões nº 44/13.2BEFUN para realização de audiência de julgamento” – parecer prévio:** - Foi deliberado, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, na presença do processo respetivo dar parecer prévio favorável ao procedimento mencionado em título, a celebrar com Rui Candelária Bettencourt, no valor de € 3.600,00 (três mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- - **Prestação de Serviços de “Levantamento topográfico da zona do Lazareto para implantação do sistema de tratamento primário de esgotos do Funchal” – parecer prévio:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, na presença do processo respetivo (refª 14/JP/DIE/2017), dar parecer prévio favorável ao procedimento acima referenciado, a celebrar com Topomadeira, Serviços Topográficos, Unipessoal, no valor de € 6.000,00 (seis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

3 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Empreitada de “Recuperação e Ampliação da ETAR do Funchal – projeto de execução” – Proposta adicional ao contrato para deslocalização do projeto para a zona do Vale do Lazareto:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar serviços a mais por contrato adicional, para deslocalização do projeto para a zona do Vale do Lazareto e Novo Estudo de Impacte

Ambiental, com o Consórcio Ecoserviços – Gestão de Sistemas Ecológicos, Lda./Consulmar – Projetistas e Consultores, Lda., pelo valor global de € 74.061,00 (setenta e quatro mil e sessenta e um euros), acrescido de IVA à taxa legal, e aprovar a respetiva Minuta do Contrato.-----

----- - **Empreitada de “Recuperação dos Percursos Pedestres do Parque Ecológico do Funchal” – Abertura de Procedimento:**

- Perante a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 15/DIE/DOMC/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público para a “Recuperação dos Percursos Pedestres do Parque Ecológico do Funchal”, com o valor base de € 602.788,00 (seiscentos e dois mil setecentos e oitenta e oito euros) e aprovar as peças processuais, bem como a designação do júri proposto na referida informação, composto por: a) Graça Mónica Spínola Nunes; b) Alexandre Bernardo Ferreira; c) Manuel Conceição Biscoito; d) João Miguel Nunes; e) António Pereira Neto.-----

----- - **Empreitada de “Remodelação da antiga Escola do Poço da Câmara para o Centro Cívico do Imaculado – Abertura de**

Procedimento: - De acordo com a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 10/DIE/DEE/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento por concurso público para a “Remodelação da antiga Escola do Poço da Câmara para o Centro Cívico do Imaculado”, com o valor base de € 380.030,00 (trezentos e oitenta mil e trinta

euros) e aprovar as peças processuais, bem como a designação do júri proposto na referida informação, composto por: a) Mónica Spínola (*Presidente*); b) Duarte Jervis (*Vogal efetivo*); c) Elias Gouveia (*Vogal efetivo*); d) José Perneteta (*Vogal suplente*); e) Francisco Félix (*Vogal suplente*).-----

---Sobre este assunto, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, questionou, para além dos serviços da Junta de Freguesia, que outros serão contemplados no projeto, ao que o Senhor Presidente informou que terá uma sala para conferências e um anexo que poderá ter uma utilização polivalente, zona de oficina de trabalhos e um parque de estacionamento.-----

4 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÕES: - A pedido de Adelino Silvestre de Viveiros Teixeira (procº 37782/16), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos – Divisão de Gestão de Frota (refª 06V/DIE/DGF/2017), o pagamento da indemnização no valor de € 85,00 (oitenta e cinco euros) pelos estragos provocados no pneu da viatura (matrícula 93-JA-47), devido à degradação (buraco) do pavimento na Rua Passeio do Salvador – Livramento, freguesia do Imaculado Coração de Maria.--
----- - Perante o requerimento de Vanessa Raquel Marques de Freitas (procº 311/16), solicitando o pagamento da indemnização no valor de € 37,20 (trinta e sete euros e vinte centimos), referente às custas hospitalares derivadas do acidente (entorse) na Rua da Boa Viagem, em consequência da existência de pedras de

paralelepípedo soltas e deslocadas, a Câmara, em função da informação da Divisão de Património e Controlo (datada de 2017/01/16), deliberou, por unanimidade, deferir.-----

5 - SANEAMENTO BÁSICO - Pagamento de dívidas em

prestações: - Acompanhado da informação da Divisão de Águas e Saneamento Básico - Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (datada de 11.01.2017), foi presente o requerimento de Ricardo Jesus Soares Ferreira, (procº 53477/16) (consumidor nº 491407), solicitando o pagamento em seis (6) prestações mensais da dívida de € 1.085,17 (mil e oitenta e cinco euros e dezassete cêntimos), referente ao consumo de água, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

----- - Perante o requerimento de Maria Nélia Silva (procº 39031/16) (consumidor nº 500904), solicitando o pagamento da dívida de € 1.181,76 (mil cento e oitenta e um euros e setenta e seis cêntimos) em vinte e quatro (24) prestações mensais, referente ao consumo de água, a Câmara, em função da informação da Divisão de Águas e Saneamento Básico - Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (datada de 12.01.2017), deliberou, por unanimidade, aprovar.-----

----- - Relativamente ao pedido formulado por António Abel Gomes Freitas (proc.º 48861/16) (consumidor nº 308700), para o pagamento em prestações do valor em dívida referente ao consumo de água, a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação do respetivo serviço (datada de 12.01.2017), aprovar o

pagamento do valor de € 1.940,28 (mil novecentos e quarenta euros e vinte e oito cêntimos) em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas.-----

---O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, não participou na discussão e votação dos processos que se seguem (*Pessoal – Processos Disciplinares*).-----

6 – PESSOAL:-----

-----**6.1 – Processos Disciplinares:** - Em face do processo disciplinar (nº 24/2016), instaurado ao funcionário (número 10399), Assistente Operacional, (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais), a exercer funções na Divisão de Remoção de Resíduos, por falta de zelo, a Câmara deliberou, por unanimidade, mediante escrutínio secreto, arquivar, com base nos fundamentos apresentados pela Senhora Vereadora da Mudança, Madalena Nunes, que se transcreve: “:1) O motorista, na sua defesa, alega claramente as suas opções que fazem sentido: a) Apesar de ter ficado encadeado, não parou porque, caso o fizesse, provocaria um acidente com a viatura que o seguia. Mostrou a sua responsabilidade e responsabilidade profissional; b) O camião avariado não sinalizou na via a sua paragem; 2) Esta paragem do pesado, sem ser sinalizada, foi também presenciada e vivenciada por outro motorista de pesados de passageiros que também ia tendo um acidente com a sua viatura; 3) Este motorista nunca teve qualquer acidente e a sua folha profissional está limpa; 4) Todos estes factos constam do relatório e da averiguação dos factos; 5)

Penalizá-lo com uma pena suspensa é macular a sua folha, reconhecendo-lhe alguma culpa.”-----

------(O processo disciplinar agendado sob o número 43, foi retirado).-----

7 – URBANISMO:-----

7.1. - Área de Reabilitação Urbana (ARU)/Benefícios

Fiscais: - Em face do requerimento de José, Ana e Carlos Rodrigues, Lda. (procº 14909/16, sub-procº 2016000150), solicitando a atribuição de benefícios fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana (ARU) decorrentes da execução da obra de reabilitação e ampliação do edifício situado à Rua dos Ferreiros, números dezoito a vinte e dois, freguesia da Sé, a Câmara deliberou deferir, por unanimidade, com base e nos termos da informação da Divisão Jurídica (refª 957/DJF/DJ/2016).-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º. do Regimento das Reuniões da CMF)**. -----

8 – UTILIZAÇÃO DO TEATRO MUNICIPAL:-----

----- - **Escola de Dança do Funchal:** - A pedido da Escola de Dança do Funchal (procº 1513/17), a Câmara deliberou, por unanimidade, em função da informação da Divisão Jurídica (refª 34/DJF/DJ/2017), aprovar, por unanimidade, a utilização do Teatro Municipal Baltazar Dias, com isenção de taxas, para a apresentação do musical denominado “Frozen”.-----

9 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA:-----

----- - **Liga Portuguesa Contra o Cancro:** - Perante o pedido

efetuado pela Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional da Madeira (procº 864/2017), para a utilização da Praça de Colombo, durante o ano em curso, com isenção de taxas, destinado à realização da Feira do Açúcar, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicidade pelo Edital nº 22/2017, publicada nos locais de estilo.